

Acórdão nº 9.314/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.975.2010-20-TCE (C/ 07 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social – SEDSS, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e injustificado dano no Erário. Irregularidade. Condenação. Devolução. multa acessória. multa sanção.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social – SEDSS, exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade da Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**, Secretária de Estado à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, arts. 36, inciso I e 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e injustificado dano no Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; **2)** **condenar** a Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**, Secretária à época, com fundamento nos arts. 36, inciso VII e 54, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, a devolver aos cofres do Tesouro Estadual: **a)** o montante de **R\$ 835,00** (oitocentos e trinta e cinco reais), referentes à diferença a maior paga à empresa selecionada pela Cotação de Preços **Gazin Indústria e Comércio de Móveis**, quando o menor preço seria o da Empresa Móveis Romera (fls. 48 e 50); **b)** a quantia de **R\$ 6.384,00** (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais), correspondentes ao valor pago por compras não previstas no objeto do Convênio nº 093/2009; **c)** a importância de **R\$ 31,00** (trinta e um reais), referentes ao pagamento de tarifas bancárias na conta específica do Convênio 093/2009; e **d)** também **determinar** à gestora responsável que proceda ao levantamento bancário sobre os rendimentos que poderiam ser auferidos, caso os recursos do Convênio nº 084/2009 tivessem sido devidamente aplicados em poupança, a fim de quantificar o valor a ser devolvido, pois o período se refere aos dias 29 de dezembro de 2009 e 19 de fevereiro de 2010 (fls. 120/121), infringindo o art. 20, da IN/STN nº 001/1997; **3)** aplicar **multa acessória** à Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**, Secretária à época, com fulcro no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93,

(Acórdão nº 9.314/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

no montante de **10%** (dez por cento), sobre todo o valor a ser devolvido, no **prazo de 30 (trinta) dias**, após a notificação deste, de tudo dando ciência a este Tribunal; **4)** aplicar **multa sanção** à Senhora **Laura Keiko Sakai Okamura**, Secretária à época, com fulcro no art. 89, incisos II e III da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), por negligência no acompanhamento da execução dos Convênios nºs 005/2009, 072/2009, 084/2009 e 093/2009, bem como injustificado dano ao erário em decorrência de ato antieconômico, especialmente no que concerne à aquisição de equipamentos com valor superior à proposta mais vantajosa de cotação de preços, detalhada no item 2.3.1 do relatório de fls. 341/348; e **5) notificar** a responsável sobre a obrigação de comprovar perante esta Corte de Contas, o recolhimento aos cofres públicos da quantia correspondente ao **débito** que lhe foi imputado e da **multa** cominada, tudo nos termos do art. 58, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 e, em caso de não atendimento às determinações aqui contidas, **autorizar** a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b”, da supramencionada Lei Complementar Estadual. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antônio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias e Ronald Polanco Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 15 de outubro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC